Megaoperação no mercado é aval para a PEC da segurança pública

» RAUL JUNGMANN
Ex-ministro da Reforma Agrária, da Defesa e da Segurança Pública e ex-presidente do Ibama. Atual diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram)

A operação de combate ao crime organizado realizada na última quinta-feira (29) foi, provavelmente, a maior da história do país, tanto pelo seu volume quanto pelo seu impacto estratégico na segurança pública. Seu sucesso deve-se principalmente à integração entre a Polícia Federal (PF), o Ministério Público de São Paulo e a Receita Federal, além de outros órgãos públicos de diversas esferas. Esse trabalho conjunto foi, sem dúvida, o fator decisivo para o êxito da operação.

Ao todo, foram cumpridos mandados de busca e apreensão contra 350 alvos, incluindo pessoas físicas e jurídicas, em sete estados. O saldo foi expressivo: 41 indivíduos detidos, 255 empresas investigadas, além do sequestro de R$ 1 bilhão, 1.500 veículos, 192 imóveis, 21 fundos de investimento e duas embarcações de luxo.

Isso representa parte do patrimônio obtido ilegalmente, por meio de esquemas de sonegação, desvios de recursos e outras práticas ilícitas, afora valores menores apreendidos nos locais das buscas. O que torna esse resultado pontualmente mais relevante é a recuperação imediata de parcela do prejuízo causado ao Estado, na forma desses bens bloqueados.

No entanto, o ganho maior talvez seja a clara demonstração de que a PEC 18/25, que propõe a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), é não apenas parte da solução para o combate ao crime organizado, mas providência que já passou da hora de ser tratada com prioridade máxima pelo Congresso Nacional.

A operação recente é um reflexo do que um sistema permanente poderia alcançar, com a integração da União, dos estados e dos municípios. Não por acaso, a entrevista coletiva para avaliação da operação contou com a presença de representantes da PFl, do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçando a importância da cooperação entre diferentes esferas do governo.

Em artigo publicado no mês passado neste mesmo espaço do **Correio Braziliense**, destaquei os números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que revelam que grande parte dos R$ 348 bilhões movimentados pelo crime organizado no Brasil circula dentro da economia formal.

Esses números relacionados à atuação dessa rede criminosa são alarmantes. Para ficar em dois, entre muitos exemplos, entre 2015 e 2020, cerca de 40% da produção de ouro do país apresentaram indícios de ilegalidade, com o produto sendo lavado no próprio mercado legal.

No setor de combustíveis, foco principal da operação da última quinta-feira, as fraudes fiscais geraram perdas de até R$ 23 bilhões por ano, com 13 bilhões de litros de combustível comercializados ilegalmente em 2022 — o que corresponde a 8,7% do mercado total, o suficiente para abastecer toda a frota do Brasil por três semanas.

É uma contabilidade que representa apenas a ponta do iceberg de uma rede criminosa muito mais complexa e diversificada. Esse cenário só é possível graças ao envolvimento de agentes do Estado e do mercado, o que levanta uma questão ainda mais grave: a infiltração do crime na estrutura pública e a extensão da corrupção no setor privado.

O crime organizado no Brasil não é um fenômeno isolado, mas um sofisticado ecossistema transnacional. Ele envolve redes interconectadas de fornecedores, agentes estatais corruptos, operadores financeiros especializados em lavagem de dinheiro, organizações logísticas e mercados consumidores globais.

Trata-se de uma estrutura transversal que exige respostas igualmente amplas. Combatê-la com ações fragmentadas, desconectadas entre si, apenas alimenta o sentimento de impotência que já se espalhou pela população.

O Estado, por sua vez, também precisa ser transversal. A rede criminosa permeia todos os ambientes de gestão, desde a segurança pública até a Justiça, passando por áreas como economia, meio ambiente, infraestrutura, transportes, comunicação, diplomacia, planejamento, minas e energia e outros ministérios e órgãos de governo.

Por mais que a operação recente tenha sido uma conquista significativa, ela deve ser parte de um esforço contínuo até sua consolidação. É possível que ainda existam dúvidas entre os leigos e na opinião pública em geral, mas não há motivos legítimos, no universo político e econômico, para que se mantenha uma oposição à União como elo central na coordenação da segurança pública. A PEC 18/25 é o primeiro passo necessário para a construção de um sistema integrado e eficaz de combate ao crime organizado.

Maurenilson Freire

A democracia pede passagem: o cidadão como protagonista no palco das políticas públicas

» VITAL DO RÊGO
Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU)

Nascida sob os ventos da redemocratização, a Constituição Federal de 1988 — a nossa Constituição Cidadã — não apenas restabeleceu direitos e garantias fundamentais, como também colocou o cidadão no centro da vida política nacional. Mais do que destinatário das políticas públicas, o brasileiro passou a ser reconhecido como agente ativo, com o direito e o dever de participar, opinar, fiscalizar e transformar.

Quase quatro décadas depois, vivemos um período delicado, no Brasil e no mundo, em que a credibilidade das instituições públicas vem sofrendo um processo de erosão, marcado por desconfiança, desinformação, polarização e consequente afastamento entre governantes e governados.

Nesse cenário, o Tribunal de Contas da União (TCU) adotou a participação cidadã como diretriz prioritária de sua atuação, com o objetivo de transformar o cidadão brasileiro em parceiro ativo das fiscalizações, desde a definição das auditorias até o acompanhamento das políticas públicas. Essa iniciativa teve inspiração nas ações do Tribunal de Contas da França, que apontou a necessidade de "curar a indiferença democrática" e reconectar a população com as instituições.

Para isso, definimos um marco teórico e prático com a publicação do Referencial de Participação Cidadã 2025, um guia com princípios, diretrizes e boas práticas para envolver a sociedade, que foi elaborado a partir de consulta pública, com sugestões da sociedade civil, e ainda foi enriquecido com boas práticas internacionais com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Percebemos que era urgente chamar o brasileiro para uma parceria efetiva. Assim, por meio do Portal de Participação Cidadã, garantimos, de forma inédita, voz ativa à sociedade para escolher temas de auditorias. Somente na primeira semana, o portal teve mais de 10 mil acessos, o que refletiu o anseio genuíno do cidadão pela oportunidade de nos dizer onde o calo aperta — os problemas que afetam diretamente sua vida e que precisam ser enfrentados pelo Tribunal. Obras de saúde paralisadas, imóveis públicos ociosos, filas do INSS para perícia médica, mudanças climáticas e rodovias federais em mau estado. Essas foram as dificuldades mais votadas pelos cidadãos e cidadãs participantes da pesquisa, e serão objeto de fiscalização do TCU ainda em 2025.

Criamos, em parceria com o Observatório Social do Brasil, a Força-Tarefa Cidadã, por meio da qual estamos transformando os cidadãos em auditores sociais de temas relevantes para o país. Neste momento, o foco está na retomada de obras paralisadas de creches e escolas. O TCU, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e cerca de mil cidadãos inscritos voluntariamente estão acompanhando, lado a lado, a situação de mais de 3.700 obras de creches e escolas paralisadas. A auditora cidadã e o auditor cidadão nos ajudarão a fiscalizar e a cobrar a conclusão dessas obras, que garantirão mais de 700 mil vagas a crianças e jovens na educação básica e profissionalizante.

O TCU também ouviu a população sobre a qualidade e a segurança das cerca de 6 mil pontes em rodovias federais de todo o país, sobre aspectos, como iluminação, sinalização, largura das vias, rachaduras, entre outros. As informações coletadas auxiliaram na realização de auditoria sobre a gestão de manutenção da malha rodoviária federal.

Queremos caminhar com o cidadão. Para tanto, promovemos os Diálogos Públicos a fim de aproximar o Tribunal das gestões municipais e demais órgãos de controle. O objetivo é fomentar a troca de experiências e a busca por soluções para os desafios enfrentados na administração pública local, a qual deve estar orientada ao bem-estar do cidadão. Nessa mesma linha, também está em andamento o projeto-piloto do TCU itinerante, iniciativa que abre canal a outro tipo de diálogo construtivo, com a finalidade de escutar o cidadão e conhecer a realidade na ponta, de modo a alcançar soluções customizadas para cada localidade.

Essas iniciativas não representam apenas boas práticas administrativas, mas demonstram, sobretudo, plena sintonia com a nossa Constituição e representam instrumentos de aprofundamento democrático, permitindo que o cidadão participe ativamente da engrenagem que movimenta o país.

A democracia se fortalece no gesto cotidiano de cada cidadão que exerce, com consciência, seus direitos e responsabilidades. Quando priorizamos o envolvimento da população, abrimos caminho para reconstruir a confiança nas instituições. É nesse diálogo que as pessoas se sentem ouvidas, suas propostas valorizadas e seus direitos respeitados, renovando, a cada dia, o vínculo vivo entre o Estado e a sociedade.

Os frutos e os resultados da participação cidadã começam a ser colhidos. A democracia pede passagem e o lugar do cidadão é na linha de frente. O Tribunal de Contas da União é um verdadeiro parceiro nessa conquista.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Mercado de ilusões

Discussões sobre taxar grandes fortunas e investimentos dos chamados super-ricos, por mais antigas que sejam, insistem em ressurgir nos corredores do poder como se fossem a mais brilhante das inovações econômicas. Não são. A história política e econômica mundial forneceu inúmeros exemplos, em distintas épocas e contextos, demonstrando que tais medidas, quando gestadas às pressas, apenas para cobrir deficits ou aplacar pressões sociais, pouco ou nada alteram a realidade estrutural de um país. A insistência nessa tecla, travestida de justiça social, não se sustenta diante da experiência acumulada. É como um disco arranhado que volta sempre ao mesmo refrão, mas sem convencer a plateia que percebeu a falsidade da melodia.

Curioso, ou talvez trágico, é que, mesmo após sucessivos fracassos, os governos continuam a apostar nesse expediente. Apresenta-se ao povo a imagem de que se trata de uma correção moral, de uma reparação simbólica contra desigualdades que seriam de responsabilidade exclusiva dos detentores de grandes patrimônios. Nada mais ilusório. Essa retórica, ao mesmo tempo sedutora e maniqueísta, transfere para uma classe social determinada a culpa pelos males que têm raízes bem mais profundas: a ineficiência administrativa, o gasto público descontrolado, a corrupção endêmica e, sobretudo, a incapacidade do Estado de reformar a si mesmo. É mais fácil apontar o dedo para os ricos do que olhar para dentro dos palácios governamentais, onde se tomam as decisões que repercutem, quase sempre negativamente, na vida de todos.

Diferentemente das pessoas, o capital não tem nacionalidade nem apego emocional à terra em que repousa. Move-se, silenciosamente, atraído pela previsibilidade, pela estabilidade e pela segurança. Se um país ameaça, pela via tributária, confiscar parte relevante, não hesitará em buscar outros destinos. Há, no mundo, um mercado ávido por acolher investimentos, e dele participam países que competem justamente oferecendo menos risco e mais confiança. Por isso, quando o governo anuncia que arrecadará dezenas de bilhões com uma nova taxação, como se fosse um maná caído do céu, omite o detalhe de que essa previsão nasce falha. O que se projeta como R$ 54 bilhões, em cálculos otimistas, dificilmente se confirmará diante das múltiplas rotas de fuga que o capital encontrará.

Enquanto isso, permanece inalterada a essência da economia real: são os empresários, os investidores e os empreendedores que, por meio de suas iniciativas, criam empregos e dinamizam cadeias produtivas. A demonização dessa parcela da sociedade, embora útil como discurso político, ignora que é dela que depende, em boa parte, a geração de riqueza do país. Nas economias centralizadas, nas quais o Estado se impõe como único motor, a história mostrou os resultados: escassez, burocracia sufocante, desestímulo à inovação e, por consequência, pobreza generalizada. No entanto, governos efetivamente democráticos que deveriam aprender com tais exemplos preferem repetir o erro, com roupagens modernas, mas com igual essência.

Tão proclamada e tão raramente praticada a verdadeira justiça tributária exigiria uma postura diversa. Antes de qualquer nova cobrança, seria necessário reconhecer os próprios erros, admitir a irresponsabilidade nos gastos, a falta de planejamento, a persistência de desvios e privilégios. Esse gesto de humildade, embora raro, seria o primeiro passo para uma correção de rumos. Mas a política, com frequência, prefere a conveniência à sinceridade.

Não se pode ignorar, ainda, que os grandes grupos econômicos, dada a influência que possuem nos diversos setores da vida nacional, inclusive, na máquina pública, dificilmente são pegos de surpresa. Têm canais de informação privilegiados, relações estratégicas e mecanismos jurídicos que lhes permitem se antecipar a qualquer investida arrecadatória. Quando a lei entra em vigor, trataram de blindar seus ativos, transformando-os em fundos de previdência, transferindo-os ao exterior ou utilizando instrumentos financeiros que os protejam. O Estado, que se julga esperto, invariavelmente chega atrasado à corrida.

Quem fica preso na armadilha é o cidadão comum. Para ele, não há paraísos fiscais, nem fundos blindados, nem assessorias jurídicas sofisticadas. Paga-se o preço da arrecadação mal conduzida e da ineficiência pública com impostos cada vez mais pesados sobre consumo, trabalho e serviços básicos. A farsa da taxação dos super-ricos não se reverte em alívio para os mais pobres, não reduz tributos indiretos, não amplia a justiça social. É apenas um jogo de cena, no qual se anuncia um castigo para poucos e se impõe, em silêncio, uma carga ainda maior para muitos.

Se o governo, de fato, desejasse aumentar sua arrecadação sem ferir a confiança dos investidores e sem promover a evasão de capitais, poderia voltar-se para si mesmo. O combate sistemático à corrupção, que corrói recursos bilionários todos os anos, teria efeito muito mais robusto e imediato. A revisão de privilégios de altos cargos, frequentemente sustentados por salários e benefícios muito acima da média, traria credibilidade às medidas de ajuste. Mas essa agenda, todos sabemos, é incômoda.

A frase que foi pronunciada:

"Nós temos um problema que é uma deficiência cultural no Brasil. Todo benefício que você dá para o setor produtivo, para os empresários, para que uma empresa possa se instalar num estado, para que a gente possa evitar crise econômica — e eu já fiz muito —, você dá por um ano, por dois anos...Quando você quer tirar, é muito difícil, as pessoas querem que seja permanente".

Presidente Lula

História de Brasília

Uma nota para os que falam no retorno da Capital; há vagas em todas as escolas do Plano Piloto para qualquer ano do curso primário. **(Publicada em 9/5/1962)**